



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2768 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA APÓS A CRIAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Rafaela Carla E Silva Soares - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA APÓS A CRIAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

RESUMO

O presente artigo é o recorte de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender e analisar a formação do educador do curso de Pedagogia da UFMG, sob a perspectiva dos estudantes egressos que optaram pela habilitação em EJA. Para tanto foi necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre o arquétipo de formação para o campo da EJA ofertado nas universidades brasileiras pós criação das DCNs de Pedagogia, que ora se apresenta.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, formação inicial de educadores, Pedagogia.

A FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA APÓS A CRIAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

RESUMO

O presente artigo é o recorte de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender e analisar a formação do educador do curso de Pedagogia da UFMG, sob a perspectiva dos estudantes egressos que optaram pela habilitação em EJA. Para tanto foi necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre o arquétipo de formação para o campo da EJA ofertado nas universidades brasileiras pós criação das DCNs de Pedagogia, que ora se apresenta.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, formação inicial de educadores, Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A questão da formação voltada para o educador de jovens e adultos tem sido abordada na legislação e na literatura da área, reforçando a necessidade de se enfatizar um “olhar” específico sobre o processo dessa formação, ainda assim, estudos mostram que são poucas as iniciativas de formação acadêmico-profissional desses profissionais (DINIZ-PEREIRA, 2006). Neste artigo analisamos a formação para a EJA existente nas universidades brasileiras.

De acordo com os dados estatísticos, praticamente um terço da população brasileira ainda não completou a etapa considerada fundamental de escolarização. Segundo dados da PNAD de 2014 cerca de 13 milhões de pessoas com 15

anos ou mais não foram alfabetizadas e se consideradas as pessoas com 60 anos ou mais a taxa de analfabetismo sobe para 23,1%, ou seja, quase um quarto dos idosos brasileiros não sabe ler nem escrever. No grupo entre 40 e 59 anos a taxa de analfabetismo é de 9,2%. Sem contar os quase 28 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais com quatro anos de estudo incompletos (os considerados analfabetos funcionais).

A partir deste panorama é notável a demanda por educação básica de jovens e adultos existente no Brasil, no entanto, o atendimento tem sido muito inferior à demanda, principalmente, nos tempos atuais considerados de muita instabilidade política e econômica, o que tem ocasionado perda de direitos às populações menos favorecidas. O atendimento da EJA em 2015 era de 3,4 milhões de matrículas nas escolas públicas que a ofertavam.

O sistema público educacional brasileiro não atende nem 10% da sua demanda real de Educação de Jovens e Adultos. Em termos estatísticos, essas matrículas equivalem a 5,8% da população de 15 anos ou mais com Ensino Fundamental incompleto. Ou seja, de cada 100 brasileiros somente seis são atendidos na EJA do sistema público e ainda assim haverá uma evasão/desistência de algum/ns desses devido a inadequação da oferta, conforme comprova-se a partir de uma análise mais aprofundada da constante queda de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. Um dos fatores que contribuem diretamente para esse desajuste é a falta de formação específica para professores que atuam em turmas de EJA (DI PIERRO, 2010a). Jane Paiva e Fátima Fernandes (2016) ponderam acerca dos professores formados nos cursos com habilitação específica para EJA:

Há que se considerar que a demanda potencial por esse profissional é imensa, face ao número de pessoas não escolarizadas no ensino fundamental em diferentes momentos do percurso. No plano da realidade, entretanto, tem-se uma oferta de trabalho não compatível em número com a demanda potencial de escolarização que, ao contrário do esperado, não cresce em número de matrículas, mas decresce ano a ano, principalmente pelo fechamento de classes e escolas, em descumprimento flagrante do dever do Estado (p. 28).

Evidencia-se, deste modo, um desajuste que causa o “efeito dominó”: devido ao desinteresse do Estado pela EJA seu custo-aluno é inferior ao das demais etapas da Educação Básica; conseqüentemente, tem-se menor oferta de turmas de EJA na esfera pública e privada, fato que reduz as chances de trabalho e os critérios de escolha para o educador de jovens e adultos. Pesquisas tem demonstrado que o espaço destinado à EJA nas universidades é pouco significativo; entretanto, mais recentemente tem havido um movimento de universidades em realizar concursos específicos para professores de EJA nos cursos de Pedagogia^[1], o que demonstra maior entrada da Educação de Jovens e Adultos no âmbito da formação acadêmico-profissional de educadores, bem como, no campo de pesquisas acadêmico-científicas.

A formação de educadores torna-se parte importante na qualidade da oferta de EJA e tem muito mais a contribuir, caso se atente para as particularidades de seus sujeitos. Os educandos da EJA têm suas especificidades e estas precisam ser destacadas quando da formação de seus educadores (RIBEIRO, 1999). Segundo Arroyo (2006a), o foco para se definir uma política para a EJA e para a formação de seu educador, deveria ser um projeto de formação que colocasse a ênfase para que os profissionais conhecessem bem quem são esses jovens e adultos (p. 23).

Um marco importante na construção de apontamentos para a formação desses educadores no Brasil foi a realização dos Seminários Nacionais sobre Formação de Educadores da EJA, que vem acontecendo com certa regularidade desde 2006. Se antes, na época dos movimentos populares de educação, a luta da EJA era pelo reconhecimento do direito à educação hoje lutamos pela ampliação do acesso, por uma educação pública de qualidade e por melhores condições de atendimento em que a formação dos educadores figura como um dos pontos centrais.

Atualmente parece existir maior reconhecimento acerca das especificidades do campo no plano formal (VENTURA; BOMFIM, 2015b). Com a publicação da nova LDB, em 1996, a oferta de EJA figura como educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades. O Parecer n. 11/2000 (CEB/CNE), reconhece as especificidades da EJA e aponta que esta necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. O documento reafirma também a necessidade de uma formação específica para os educadores da EJA.

Para além das regulamentações, ações nos campos populares e acadêmicos também contribuíram para o movimento de consolidação do direito à educação para jovens e adultos no Brasil. A criação de Fóruns de discussão, de Núcleos em universidades, de Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, e a realização de Conferências Internacionais de Educação de Adultos a fim de discutir sobre a EJA e elaborar metas para o campo foram algumas dessas ações.

É possível perceber um movimento de institucionalização da EJA no Brasil, reconhece-se a importância de uma formação específica para a área, contudo, ainda não há consenso quanto às instâncias e modalidades de formação de seus educadores. A meta 15 do PNE 2014-2024, que trata da formação inicial de professores, prevê a formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, para todos os professores da educação básica. Nota-se a permanência do foco na área de conhecimento e não no sujeito educando de tal modo que a EJA permanece fora das prioridades dos cursos de licenciaturas (VENTURA, 2012b).

As DCNs para a formação de professores em nível superior (BRASIL, 2015) não tratam a questão da formação do professor da EJA na medida em que não mencionam a Educação de Jovens e Adultos como sendo uma das possibilidades de atuação de pedagogos e licenciados, conseqüentemente não estabelece critérios específicos para a formação dos futuros professores da EJA. Apesar das DCNs do curso de Pedagogia apontarem o curso como um lócus de preparação do futuro educador de EJA, essa formação em cursos de licenciatura e Pedagogia é uma incógnita na atualidade, pois, segundo Poliana Carmargo (2015) ainda são necessárias mais pesquisas que analisem a realidade desses cursos e seus desdobramentos concretos no âmbito da formação inicial, continuada e da atuação dos

educadores.

O QUE ENCONTRAMOS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

No início dos anos 2000, antes da aprovação das Diretrizes para o curso de Pedagogia, XXXX realizou um levantamento, junto ao INEP, de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil que ofertavam habilitação para EJA, objetivando conhecer e analisar essa ênfase ofertada nos cursos de Pedagogia brasileiros. Encontrou-se 1.698 cursos em 612 IES; dentre estas, 15 (2,45%) ofereciam a habilitação de EJA em 27 cursos. Naquela época, as regiões Norte e Centro-Oeste não tinham registro de cursos de Pedagogia com habilitação em EJA. Em contrapartida, a partir de 1999, houve uma efervescência na criação de cursos com habilitação em EJA na região Sul. Nela estavam 19 dos 27 cursos (XXXX, 2010).

Nesta pesquisa foram encontradas oito IES públicas que possuíam habilitação para EJA (FAFIMAN, FECILCAM, UERJ, UERGS, UFES, UFPB, UFMG e UNEB). A partir de 2006, com o incentivo à reformulação dos currículos de Pedagogia, por parte das DCNs, muitas IES alteraram seus percursos curriculares de maneira que, atualmente, somente três universidades brasileiras ainda mantêm este arquetipo da ênfase em EJA: UFMG, UFPB e UFRJ.

Yoshie Leite e Vanda Lima (2010) realizaram um estudo sobre as habilitações do curso de Pedagogia brasileiros após a aprovação das DCNs de 2006. A partir da análise dos dados do INEP/MEC de 2006 e 2008 constataram que boa parte das habilitações (44%) estavam relacionadas à docência, dentre as quais somente 0,7% estavam voltadas ao campo de estudos da EJA (TABELA 1).

TABELA 1

Tipos de habilitações dos cursos de Pedagogia no Brasil

Tipos de habilitações dos cursos de Pedagogia/Brasil	Percentuais/
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	21,4%
Educação Infantil	10,7%
Docência nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio	9,5%;
Magistério da Educação Básica	0,6%
Educação Especial	1,5%;
Educação de Jovens e Adultos.	0,7%

Fonte: LAFFIN, 2015.

Thamyres Moreira (2016) em pesquisa sobre a formação em EJA nos cursos de Pedagogia das oito universidades federais mineiras (UFMG, UNIFAL, UFVJM, UFJF, UNIMONTES, UFOP, UFSJ, UFU), apontou que a formação inicial de professores que tem acontecido nessas universidades é precária, no que diz respeito à EJA, exceto para aqueles que tiveram a oportunidade de participar das atividades de pesquisa e extensão. Entre outras razões, a autora acredita que isso se justifique visto que a carga horária voltada às disciplinas de EJA é muito inferior à carga horária voltada às matérias que enfocam a infância, adolescência e juventude. A autora detectou que:

Enquanto há 19 disciplinas que oferecem estudos voltados especificamente para a EJA totalizando 1.122h/a, tem-se por outro lado, 64 disciplinas relacionadas à infância e à adolescência e juventude com a carga horária de 3.411h/a. O fato de não termos instituída uma carga horária mínima nos cursos de Pedagogia destinada à formação de professores para a EJA favorece essas discrepâncias (MOREIRA, 2016, p. 85).

Das 13 universidades públicas mineiras, nove ofertam o curso de Pedagogia (UFMG, UEMG, UNIFAL, UFVJM, UFJF, UNIMONTES, UFOP, UFSJ, UFU) dos quais, apenas o curso da Universidade Federal de Minas Gerais apresenta a modalidade de ênfase. Contudo, todas apresentam pelo menos uma disciplina obrigatória sobre EJA na matriz curricular do curso, geralmente abordando aspectos mais gerais e históricos do campo. Encontramos três IES (UNIFAL, UFJF, UNIMONTES) que além dessa disciplina teórica sobre a EJA também oferecem, em caráter obrigatório, o estágio na Educação de Jovens e Adultos (QUADRO 1).

QUADRO 1

A Educação de Jovens e Adultos nas universidades públicas mineiras

IES	CIDADE	DISCIPLINAS EJA
UNIFAL	Affenas	Educação de Jovens e Adultos: fundamentos e metodologias I - 60h - 5º período (OB); Educação de Jovens e Adultos: fundamentos e metodologias II - 60h - 6º período (OB); Prática de ensino e orientação de estágio IV - 105h - 8º período (OB)
UFVJM	Diamantina	Educação de Jovens e Adultos - 75h, dessas, 15h de prática - 10º período (OB) Psicologia do desenvolvimento do adulto - 75h (OP)
UFJF	Juiz de Fora	Fundamentos Teórico-Metodológicos em Educação de Jovens e Adultos I - 60h - 6º Período (OB) Estágio V- Prática com Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos I - 60h - 7º Período (OB) Fundamentos Teórico-Metodológicos e Prática Escolar em Educação de Jovens e Adultos II - 60h (OP)
UNIMONTES	Montes Claros	Fundamentos e metodologia da Educação de Jovens e Adultos - 72h, dessas, 18h de prática - 6º período (OB) Estágio IV- Docência na Educação Especial e na EJA - 120h - 8º período (OB)
UFOP	Mariana	Educação de Jovens e Adultos - 90h - 5º período (OB) Educação de Jovens e Adultos nas séries iniciais - 60h (EL)
UFSJ	São João Del Rey	Educação de Jovens e Adultos - 72h - 5º período (OB)
UFU	Uberlândia	Educação de Jovens e Adultos - 90h - 4ª série/último ano (OB)
UFMG	Campus Belo Horizonte e Poços de Caldas	Psicologia da Educação para a Educação de Jovens e Adultos - 54h - 4º período (OB)
	Campus Barbacena	Educação de Jovens e Adultos - 40h - 8º período (OB)
	Campus Leopoldina	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos - 54h - 5º período (OB)
	Campus Campanha	Educação de Jovens e Adultos - 80h - 5º período (OB)
	Campus Ibité	Educação de Jovens e Adultos - 80h - 6º período (OB)
	Campus Carangola	Práticas Educativas de EJA - 72h - 4º período (OB)
	Campus Ituiutaba e Santa Vitória	Educação de Jovens e Adultos - 57h - 6º período (OB)
	Campus Divinópolis e Cláudio	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos - 72h - 2º período (OB)
	Campus Passos	Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos - 80h - 7º período (OB)

Fonte: <http://www.altiilo.com/pt/universidades/brasil/estado/minasgerais.asp>

Nota: O curso da UFU é organizado em séries anuais.

Legenda: OB – obrigatória/ OP – optativa/ EL - eletiva

A maioria dos cursos das IES públicas mineiras é organizado por semestres, integralizáveis num período de quatro anos, em que as disciplinas voltadas à EJA se apresentam em meados ou nos períodos finais do curso.

Os estudos de Moreira (2016) e XXXX (2017) evidenciaram que a estrutura adotada pela UFMG têm preocupado professores, coordenadores e alunos do curso. Pois, na medida em que a Educação de Jovens e Adultos é apresentada somente via habilitação, os estudantes que não optem por ela não terão contato com reflexões mais aprofundadas sobre o campo no curso de Pedagogia.

Em pesquisa realizada com egressos da ênfase em EJA do curso de Pedagogia/UFMG evidenciou-se que esta formação mais aprofundada contribui para o desenvolvimento de uma sensibilidade para o trabalho com as especificidades da EJA, configurando-se como um diferencial no momento da inserção profissional dos egressos. Uma das maiores contribuições da formação a que os estudantes fazem menção é acerca de conhecer melhor tanto o campo quanto os sujeitos da EJA e como esta contribui para sua atuação profissional ainda que não seja com educandos jovens e adultos (XXXX, 2017).

O estudo de Alessandra Farias (2016) compreendeu três IES paulistas: USP, UNICAMP e UNESP - Campus Araraquara, Marília e Presidente Prudente. Confirmou-se o acanhado espaço voltado ao campo da EJA nessas universidades, ou seja, a formação específica apesar de estar prevista nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos, é contemplada, na maioria das vezes, em disciplinas optativas e que abordam o tema de maneira generalista. Somente em duas delas (UNESP-Presidente Prudente e UNICAMP) havia uma disciplina de EJA na grade obrigatória do curso. Em relação a espaços alternativos de discussão da EJA no curso, o Projeto de Extensão da UNESP, presente nos três *Campi*, denominado de PEJA (Projeto de Educação de Jovens e Adultos) cumpriria esse papel, pois seria desenvolvido fora do período de aula.

Foi unânime, entre os entrevistados, a opinião de que a preparação para lidar com a EJA é insuficiente, *todos os entrevistados acreditam que há uma lacuna nesse processo, isso porque os espaços oferecidos nas universidades não são suficientes para o preparo do graduando* (FARIAS, 2016, p.150).

O estudo de Adenilson Cunha Júnior (2016) apontou que o estado da Bahia conta com seis IES que ofertam formação para EJA nos seus cursos de Pedagogia: UFRB, UFBA, UNEB (Campus I), UESC, UEFB e UESB (Campus Vitória da Conquista). Segundo ele as disciplinas voltadas para a EJA estão presentes em todos os cursos, variando em quantidade de disciplinas obrigatórias e optativas como também em carga horária, além disso, algumas universidades facultam o estágio obrigatório na EJA (QUADRO 2).

QUADRO 2

Descrição das disciplinas de EJA por universidade (Bahia)

IES	NOME DA DISCIPLINA	PERÍODO	C. H.	SITUAÇÃO CURRICULAR
UFRB	Prática reflexiva em Educação de Jovens e Adultos	7º	60 h	Estágio
	Ensino e Aprendizagem de Educação de Jovens e Adultos	7º	85h	Obrigatória
	Alfabetização de Adultos na Perspectiva Freireana	7º	51h	Optativa
	Pesquisa na Educação de Jovens e Adultos	7º	51h	Optativa
	Seminário na EJA	7º	51h	Optativa
	Diálogo com Paulo Freire: Pedagogia do Oprimido	7º	51h	Optativa
	Educação de Jovens e Adultos e Direitos Humanos no Sistema Prisional	7º	51h	Optativa
	Diálogo sobre Alfabetização de Jovens e Adultos	7º	51h	Optativa
UFBA	Educação de Jovens e Adultos	5º	68h	Obrigatória
	Estágio 2: EJA	9º	85h	Obrigatória
UNEB (Campus D)	Educação de Jovens e Adultos	4º	60h	Obrigatória
	Referências Teórico-Metodológicas de Educação de Jovens e Adultos (aprofundamento)	8º	60h	Estágio
UESC	Educação de Jovens e Adultos	7º	60h	Obrigatória
	Educação de Jovens e Adultos: Aprendizagem e Desenvolvimento	8º	60h	Obrigatória
	Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade	8º	45h	Optativa
	Ensino de Matemática na EJA: Conteúdos e Metodologia	8º	45h	Optativa
	Ensino de História na EJA: Conteúdos e Metodologia	8º	45h	Optativa
	Ensino de Língua Portuguesa na EJA: Conteúdo e Metodologia	8º	45h	Optativa
	Tópicos Especiais de Educação de Jovens e Adultos	8º	60h	Optativa
	Alfabetização de Jovens e Adultos	8º	45h	Optativa
UEFS	Educação de Jovens e Adultos	2º	75h	Obrigatória
	Prática Pedagógica em Educação de Jovens e Adultos	3º	75h	Obrigatória
UESB (Campus Vitória da Conquista)	Educação de Pessoas Jovens e Adultos	4º	60h	Obrigatória
	Educação de Pessoas Jovens e Adultos	5º	60h	Obrigatória

Fonte: CUNHA JÚNIOR, 2016, p. 103.

Cunha Júnior (2016) aponta que a formação de professores para atuar na EJA realizada nos cursos de Pedagogia baianos retrata o lugar que se encontra a área no âmbito das políticas educacionais como sendo, ainda, insuficiente para responder aos desafios do contexto social que o país atravessa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se a necessidade de uma formação específica para o profissional que vai atuar como educador de jovens e adultos. Contudo, a EJA não se encontra entre as prioridades nas políticas públicas brasileiras. A Educação de Jovens e Adultos ainda é vista sob o paradigma do gasto e não do investimento. *Como é pesado esse olhar negativo sobre a juventude popular! É um traço de nossa cultura elitista. A EJA vem pagando alto tributo quando se deixa impregnar por esse olhar negativo sobre a juventude popular* (ARROYO, 2006a).

Nota-se que após a aprovação das DCNs para o curso de Pedagogia a alternativa encontrada, por grande parte dos cursos, foi a de realocar a formação para a docência na EJA para disciplinas teóricas ou práticas na modalidade obrigatória/optativa. Com isso observamos a diminuição do espaço reservado ao campo de estudos da Educação de Jovens e Adultos nas IES brasileiras. Fato que vai de encontro com a permanente demanda em potencial de EJA no país.

Tendo em vista a demanda em potencial da EJA e o seu atendimento real na Educação Básica, ainda estamos em busca da efetivação do direito à educação para sujeitos aos quais este lhe foi negado por décadas. Os jovens e adultos, demandatários da EJA no Brasil, *carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência* (ARROYO, 2006a). A formação de seus educadores entra como o último vagão do trem que nos levaria em direção a uma Educação de Jovens e Adultos pública de qualidade. O fato de a EJA ocupar lugar menor nas políticas públicas brasileiras reflete o espaço periférico que ela ocupa em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. BH: Autêntica/SECADI-MEC/UNESCO, 2006a.

BRASIL. DNC para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, de 25/06/2015.

CAMARGO, P. S. A. S. Diversos olhares sobre a Educação de Jovens e Adultos: uma revisão de literatura (1976-2004). *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*. V. 2, n. 3, 2014.

CUNHA JÚNIOR, A. S. Formação de professores para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas no Brasil e no Chile: um estudo comparado entre o estado da Bahia e a região de Valparaíso. 2017. 231p. (Tese de Doutorado). FAE/UFMG, BH, 2015.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Estudos e pesquisas sobre formação de educadores de jovens e adultos: análise dos trabalhos e pôsteres aprovados na ANPEd (2000-2005). In: SOARES, L. (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. BH: Autêntica/ SECADI-MEC/UNESCO, 2006.

DI PIERRO, M. C. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010a.

PAIVA, J.; FERNANDES, F. L. Da Concepção à Prática de Formação Inicial: a EJA no Currículo de Pedagogia. *Revista Teias* (UERJ. Online), v. 17, p. 25-42, 2016.

FARIAS, A. F. O processo de formação inicial de professores dos anos iniciais da EJA: uma análise do curso de Pedagogia de Universidades Estaduais de São Paulo. 2016. 179p. (Dissertação de Mestrado). UNESP - Presidente Prudente, 2016.

LAFFIN, M. H. L. F. Formação inicial de educadores no campo da educação de jovens e adultos: espaço de direito e de disputas. *Anais do V SNF*. Campinas, 2015.

LEITE, Y. U. F. e LIMA, V. M. M. Cursos de Pedagogia no Brasil: o que dizem os dados do INEP/MEC? *Ensino em Revista*. Uberlândia, v.17, n.1, p. 69-93, jan./jun. 2010.

MOREIRA, T. X. Formação inicial de professores para a EJA nos cursos de Pedagogia das universidades federais de Minas Gerais. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFOP.

RIBEIRO, V. M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 68, dez 1999.

VENTURA, J. A formação inicial de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. In: ARAÚJO, J. M. D.; VALDEZ, G. R. B. *PROEJA: refletindo o cotidiano*. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Ed. v. 1, p. 187 – 212. 2012b.

VENTURA, J.; BOMFIM, M. I. Formação de professores e educação de jovens e adultos: o formal e o real nas licenciaturas. *Educação em Revista* BH, v. 31, n. 2, abr-jun, 2015b.

XXXX, 2010.

XXXX, 2017.

[1] Sabemos que a UFBA, UFPB, UERJ, UFF, UFMG, UFRGS e UNIFESP já o fizeram.